

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

JÉSSICA FARIA RIBEIRO

**Movimentos pela não criminalização do aborto na América latina:
como a pauta chegou ao Congresso argentino em 2018**

São Paulo

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

**Movimentos pela não criminalização do aborto na América latina:
como a pauta chegou ao Congresso argentino em 2018**

Jéssica Faria Ribeiro

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Mídia, Informação e
Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Dennis de Oliveira

São Paulo

2020

MOVIMENTOS PELA NÃO CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA AMÉRICA LATINA: COMO A PAUTA CHEGOU AO CONGRESSO ARGENTINO EM 2018¹

Jéssica Faria Ribeiro²

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar as manifestações pela não criminalização do aborto que aconteceram na Argentina em 2018, quando um projeto de lei sobre o tema avançou pela primeira vez no Congresso do país. A hipótese é de que as estratégias de comunicação utilizadas nas redes sociais, principalmente articuladas por movimentos feministas, contribuíram para que o movimento ganhasse relevância e conseguisse avanços políticos. Para tanto, a metodologia utilizada será a análise de conteúdo feita a partir das publicações no Twitter durante o período em que o projeto esteve em votação naquele ano.

Palavras-chave: América Latina. Feminismo. Aborto. Redes Sociais. Decolonial.

Abstract: This research aims to analyze the mobilizations for the non-criminalization of abortion that took place in Argentina in 2018, when a bill on the subject took advance for the first time in the country's Congress. The hypothesis is that the communication strategies used in social networks, mainly articulated by feminist movements, contributed for the movement to gain relevance and achieve political advances. For that, the methodology used will be the content analysis made from the publications on Twitter during the period the project was voted that year.

Key words: Latin America. Feminism. Abortion. Social Network. Decolonial.

Resumen: La presente investigación tiene como objetivo analizar las manifestaciones por la no criminalización del aborto que ocurrieron en Argentina em el 2018, cuando un proyecto de ley sobre el tema avanzó por primera vez en el Congreso del país. La hipótesis es que las estrategias de comunicación utilizadas en las redes sociales, articuladas principalmente por los movimientos feministas, han contribuido para que el movimiento ganara relevancia y lograra avances políticos. Por lo tanto, la metodología empleada será el análisis del contenido realizado a partir de las publicaciones en Twitter durante el período en que el proyecto estuvo en votación.

Palabras clave: América Latina. Feminismo. Aborto. Redes Sociales. Decolonial.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura.

² Pós-graduanda em Mídia, Informação e Cultura.

1. INTRODUÇÃO

A primeira experiência do voto feminino na Argentina aconteceu em 1951, embora o país tenha uma trajetória anterior de lutas e resistência de mulheres. Durante o período da ditadura militar, de 1976 a 1983, foram elas que conduziram importantes movimentos sociais, como o Mães da Praça de Maio, que até hoje exige notícias de familiares desaparecidos ou assassinados durante o período.

Com o fim da ditadura, duas questões foram centrais para os movimentos de mulheres no país: a violência doméstica e o reconhecimento político, como o direito de obter cargos partidários e lugares na representação parlamentar. Assim, uma quantidade significativa de leis foi aprovada em reconhecimento aos direitos das mulheres e que são relevantes para a garantia de liberdades e da igualdade de gênero. Temas como casamento igualitário, guarda compartilhada e proteção integral passaram a ser um direito.

Um dos motivos que levaram a essas conquistas foi a Lei 24.012, sancionada em 1991, que modificou a composição das listas partidárias e determinou um piso mínimo de 30% para as mulheres em cargos legislativos, fazendo com que elas passassem a ter mais espaço nas decisões políticas.

A presença de mulheres nas câmaras deixou claro que a cota se tornou uma condição de possibilidade, em um canal institucionalizado, para as vozes feministas, outrora silenciadas, serem ouvidas. Apesar de serem poucas as legisladoras feministas, o aumento da presença das mulheres nos legislativos permitiu sancionar um grande número de leis que ampliaram sua cidadania. (BARRANCOS e ARCHENTI, 2017, p.59)

Contudo, até pouco tempo, outra reivindicação das argentinas ainda não tinha sido aprovada, que é o direito a interromper uma gravidez não desejada. O aborto era ilegal exceto nos casos de risco de vida para a mãe ou estupro, previstos no artigo 86 do Código Penal do país, vigente desde 1912. Próximo ao período de conclusão desta pesquisa, em 30 dezembro de 2020, o Senado argentino aprovou o projeto de lei, de autoria do governo do presidente Alberto Fernández, para legalizar o aborto. O projeto, que já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 11 do mesmo mês, autoriza a interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação.

No entanto, apesar dessa importante decisão, o foco desta pesquisa é o ano de 2018, quando o projeto para descriminalizar o aborto chegou a ser votado pela primeira vez no Congresso argentino, mas não foi aprovado no Senado. À época, e também em 2020, diversos fatores foram fundamentais para o avanço da pauta, como as inúmeras manifestações de

movimentos feministas no país e na região, a participação política das mulheres e o número alto de mortes causadas por abortos realizados de forma insegura.

No âmbito da pesquisa, o trabalho de resgate histórico e o panorama político sobre o movimento das mulheres têm sido os principais caminhos para discutir as suas reivindicações na América Latina. Contudo, a bibliografia e as ferramentas para estudar o tema pela perspectiva dos novos movimentos que surgiram nos últimos anos, e que se apoiam no uso de ferramentas digitais e em rede, ainda são escassas (ACCOSSATTO e SENDRA, 2018, p.119).

Conforme Manuel Castells (2013) destaca, em sociedades com certo nível de adoção de tecnologias digitais, as formas contemporâneas de mobilização social e as relações entre o espaço online e offline estão profundamente interligadas e não podem ser dissociadas nos movimentos sociais dos dias de hoje.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e ao possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação. (CASTELLS, 2013, p.21)

Portanto, é dentro desse contexto que o trabalho tem como objetivo compreender o papel das estratégias de comunicação para a articulação do movimento pela não criminalização do aborto e contribuir para a discussão de estratégias similares que podem provocar mudanças em outros países da região. Para isso, além de um breve histórico dessas lutas e mobilizações, foi identificada a situação em números no país e também na região da América Latina, que possui leis muito restritivas sobre o a aborto. Após isso, foi feita uma relação a partir de teorias feministas e do uso das redes sociais, mais precisamente o Twitter, um dos principais espaços onde a população argentina se expressou durante as mobilizações de 2018.

2. A DISCUSSÃO DO ABORTO NA ARGENTINA E NA AMÉRICA LATINA

A história da luta pela não criminalização do aborto tem uma longa trajetória na Argentina. Entre os anos 1970 e 1980, durante a ditadura militar, mulheres começaram a se organizar em coletivos, associações e grupos de estudo, muitas vezes clandestinos, para se preservar devido à repressão e à violência. Durante o período, foram publicados artigos e pesquisas sobre o tema do aborto em suplementos de jornais e revistas. Na época, prevalecia um feminismo heteronormativo, branco, de classe média e universitário. A liberdade de decisão,

a sexualidade prazerosa e a maternidade como escolha não eram os principais argumentos para a defesa do aborto. (BELLUCCI, 2017, p. 178)

Entre os anos 1980 e 1990, começaram a surgir movimentos e partidos que tinham o aborto como uma de suas pautas. Em 1988, a ativista Dora Coledesky, junto a um grupo de mulheres, cria a *Comisión por el derecho al Aborto*, coletivo autogestionado e de esquerda que começou a discutir o tema e influenciou a criação de outros movimentos pelos direitos das mulheres. Em 1993, é fundada a *Frente por la Democracia Avanzada*, um dos primeiros partidos a ter entre suas pautas a descriminalização do aborto e a luta pela diversidade sexual e pelos direitos humanos. Em 2001, com os protestos após crises econômicas implementadas por políticas neoliberais, debates sobre a noção de participação e representatividade voltaram a crescer e a influenciar a intervenção popular nas lutas políticas e sociais no país.

Dentro desse contexto, em 2005 é apresentada a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, após anos de discussão e de encontros entre grupos preocupados com o assunto. O debate sobre o aborto passa, então, a convocar bissexuais, lésbicas e transgêneros e a discutir principalmente o fato de que o aborto era uma realidade para inúmeras mulheres, mas a falta de legalidade atingia ainda mais as mulheres de renda mais baixa, que faziam procedimentos arriscados ou eram obrigadas a manter uma gravidez não desejada. (BELLUCCI, 2017, p. 209)

A campanha conseguiu apoio e adesão de organizações da sociedade civil e personalidades vinculadas aos direitos humanos. Durante o seu primeiro ano, foram recolhidas cem mil assinaturas sob o slogan: “Educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar e aborto legal para não morrer”. Também foram feitas ações com a chamada “Aborto Legal, uma dívida da democracia” (BARRANCOS e ARCHENTI, 2017, p.61).

Assim, ao tratar da questão do aborto em países da América Latina, é importante levar em conta que se trata de uma região em que leis restritivas convivem com altos índices de mortalidade materna. Um estudo publicado na revista médica *The Lancet* aponta que a cada quatro abortos realizados na região, pelos menos três são feitos de forma insegura (BEARAK et al., 2018). Entre os anos 1990 e 2013, pelo menos 8% das mortes maternas na América Latina e no Caribe foram devidas a abortos inseguros (OPAS, 2014).

Nos países onde o acesso ao aborto legal é limitado, as mulheres recorrem a métodos inseguros, o que pode ter consequências graves para a sua saúde e suas vidas. Na região, apenas cinco países têm leis favoráveis à interrupção legal da gestação a pedido da mulher: Cuba, Guiana, Uruguai, Porto Rico e Guiana Francesa. No México, o aborto é permitido apenas na capital, Cidade do México. Seis países proíbem a interrupção da gravidez em qualquer

circunstância: Suriname, Nicarágua, Honduras, El Salvador, República Dominicana e Haiti (OIG, 2020).

Os números também mostram que a América Latina é uma das regiões do mundo com maior número de abortos proporcionalmente. São 44 a cada mil mulheres por ano, enquanto a média mundial é de 35 a cada mil mulheres. Além da maior frequência, a região também registra a maior proporção de interrupções de gravidez feitas de forma insegura (GUTTMACHER INSTITUTE, 2017).

3. A PAUTA DO ABORTO CHEGA AO CONGRESSO ARGENTINO

Um dos projetos em discussão para tornar o aborto legal na Argentina é a *Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo* (Lei de interrupção voluntária da gravidez, em tradução livre do autor), elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito em 2006. Desde 2007, o projeto já foi apresentado sete vezes ao Congresso da Argentina, mas apenas em junho de 2018 ultrapassou o debate em comissões e chegou ao plenário da Câmara de Deputados, onde obteve 129 votos a favor, 125 contra e uma abstenção.

Em 9 de agosto do mesmo ano, após 15 horas de debate, o projeto foi rejeitado pelo Senado em uma votação em que 38 senadores foram contra, 31 a favor e houve duas abstenções e uma ausência. Os meses que antecederam as votações foram marcados por participação de inúmeros grupos de manifestantes que fizeram vigília em frente ao Congresso, realizaram as Terças Verdes - eventos para levar debates às ruas e acompanhar as discussões parlamentares - e organizaram tuitaços, série de postagens no Twitter que costuma ter um horário específico para que as pessoas façam suas publicações usando uma mesma hashtag e chamem a atenção sobre um determinado tema na plataforma.

Outra estratégia utilizada pelas manifestantes foram os *pañuelazos*, que é o uso de um lenço verde, de três pontas, mais comumente amarrado ao pescoço. O acessório tem um significado simbólico para as mulheres argentinas, pois remete às manifestações das Mães da Praça de Maio, que desde os anos 70 passaram a usar lenços brancos, os *pañuelos*, para serem identificadas ao se reunirem para manifestar.

A partir dos anos 2000, com uma crescente mobilização do movimento pela não criminalização do aborto, as manifestantes adotaram lenços de cor verde para sintetizar a luta pelos direitos humanos, direitos reprodutivos e a proteção do Estado sobre as decisões reprodutivas das mulheres. O acessório foi um dos principais símbolos das manifestações de

2018, que também passaram a ser chamadas de "onda verde", fazendo alusão às "ondas" do feminismo. (FELITTI, RAMÍREZ MORALES, 2020).

Dentro desse contexto, ao longo dos últimos anos, com o trabalho de antigos movimentos e o surgimento de outros, o tema do aborto legal foi se fortalecendo na Argentina e em diversos outros países da América Latina junto às reivindicações das mulheres. Um desses novos movimentos é o *Ni Una Menos*, que em junho de 2015 levou milhares de mulheres às ruas para protestarem contra casos de feminicídio.

Nos meses que antecederam as manifestações do *Ni Una Menos*, a imprensa repercutiu uma série de notícias sobre violências contra mulheres, o que acabou mobilizando as redes sociais e fez com que pequenos grupos começassem a ser formados para realizar seminários e também protestar por direitos. Após conversas que começaram no Twitter, a primeira mobilização reuniu cerca de 250 mil pessoas na cidade de Buenos Aires, e os movimentos se multiplicaram em mais de 120 pontos da Argentina (DÍAZ, LÓPEZ, 2016). A partir daí o movimento continuou crescendo, e suas manifestantes passaram a trabalhar cada vez mais de forma organizada, o que contribuiu para que participassem dos inúmeros protestos e mobilizações pela não criminalização do aborto nos anos seguintes (NI UNA MENOS, 2018).

Movimentos nas redes sociais, de jovens e estudantes, também se uniram a favor da pauta. No início de junho de 2018, véspera da votação do projeto na Câmara dos Deputados, estudantes secundaristas aumentaram a pressão ocupando uma dúzia de escolas públicas em Buenos Aires para pedir que a lei fosse aprovada (CENTENERA, 2018). A internet representou um suporte importante ao movimento e a outras manifestações sobre o tema, permitindo a convocação das manifestações de rua e a disseminação de informações sobre os acontecimentos por meio de conteúdo divulgado pelas próprias manifestantes e pela cobertura jornalística.

Outras formas de manifestações online também surgiram, como a plataforma *Activá el Congreso* (2020), que reuniu as contas dos legisladores nas redes sociais, seus posicionamentos, telefones de gabinete e endereços de e-mail para ajudar na pressão para a aprovação da lei. A organização Anistia Internacional também realizou uma petição online para pedir apoio à aprovação e na véspera da votação no Senado, em 7 de agosto, usou a contracapa da edição internacional do jornal New York Times, publicada em 134 países, com um anúncio em que se lia a palavra "Adiós". Logo abaixo da mensagem, havia a imagem de um cabide, instrumento utilizado para a prática de abortos inseguros, e um texto que alertava para o fato de que as complicações do aborto inseguro estão entre as principais causas de mortes maternas na Argentina.

4. FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS E A DECOLONIALIDADE

Embora existam diversas lutas em comum das mulheres na América latina, os feminismos não se construíram de maneira homogênea nos países da região. Além de diferentes contextos, muitas teorias e discussões se pautam nos movimentos feministas vividos na Europa e Estados Unidos. Contudo, nos últimos anos, o pensamento decolonial começou a discutir gênero abordando os profundos impactos da colonização da América Latina e do Caribe. Essa leitura analisa as mudanças que a colonização trouxe para que seja entendido o alcance da organização do sexo e do gênero sob a força do colonialismo e no interior de um capitalismo global marcado pelo eurocentrismo.

Nesse sentido, decolonial vem do termo “Giro decolonial”, cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres, em 2005, e que basicamente significa um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade e que visa a discutir as diversas relações de dominação colonial. (BALLESTRIN, 2013).

E ao se falar em diferentes formas de colonialidade, Aníbal Quijano (2005) destaca que é importante compreender que a perspectiva histórica eurocêntrica faz parte da formação cultural de colonização da América Latina e se impõe de forma a parecer ser a portadora exclusiva da razão e detentora do padrão mundial do poder. De acordo com Quijano (2005, p.117), a modernidade e o capitalismo como conhecemos hoje começam com a colonização da América e é assim que diversas formas de poder são implementadas.

Em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa impôs seu domínio em todas as regiões do planeta “incorporando-as” ao seu sistema mundo. Com isso, as populações colonizadas foram forçadas a aprender a cultura que as dominava em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação. Portanto, o padrão de poder mundial exercido pela colonização europeia seria a primeira experiência efetivamente global da história e estaria estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle do trabalho, sexo, autoridade e intersubjetividade. O notável disso é que foram “capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder” (QUIJANO, 2005, p.122).

Para a socióloga Maria Lugones (2014, p.64), embora Quijano faça um trabalho para entender as formas de colonização, pouco se discute como o sistema capitalista, eurocêntrico e global de gênero fez com que mulheres colonizadas e não brancas fossem subordinadas. Ela

ainda aponta que o capitalismo global, constituído a partir da colonização, também introduziu diferenças de gênero onde não existiam anteriormente.

Assim, quando Quijano fala que a Europa conseguiu fazer com que sua cultura, economia, sistema social fossem normalizados e tornaram-se padrão para o mundo, o mesmo aconteceu com a relação entre homem e mulher. Para Lugones, com a colonização, as mulheres passam a ser definidas em relação e em comparação aos homens, que são a norma (2014, p. 65).

A redução do gênero ao privado, ao controle sobre o sexo e seus recursos e produtos é uma questão apresentada ideologicamente como biológica, parte da produção cognitiva da modernidade que conceituou a raça como engendrada e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferentes entre branco/europeu e pessoas colonizadas/não brancas. A raça não é mais mítica nem mais fictícia que o gênero - ambas são ficções poderosas. (LUGONES, 2014, p.68, tradução livre do autor)³.

Outra reflexão trazida pela socióloga é a de que compreender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas faz com que seja possível perceber a importância das relações de gênero para a desintegração de relações igualitárias, comunitárias e o processo coletivo de tomada de decisão em diversas sociedades (LUGONES, 2014, p.67).

Julieta Paredes (2013, p.115) afirma que as transformações neoliberais pelas quais a região da América Latina passou fizeram com que muitos acreditassem que a desigualdade, o classismo e o machismo poderiam acabar. Contudo, o que se passou foi que esses direitos só aconteceram para homens burgueses, e não houve a menor intenção no projeto neoliberal em igualar a humanidade quando se trata de direitos.

Portanto, as diferenças de classe, raça, geração e orientação sexual são as que fazem com que não seja possível existir um conceito universal para as mulheres, e que isso encobre essas diferenças. Assim, embora reconheça a importância de qualquer feminismo para revelar o patriarcado que o oprime, Paredes defende um feminismo comunitário como alternativa à sociedade individualista. “Não queremos nos pensar como mulheres perante os homens, mas nos pensar como mulheres e homens em relação a uma comunidade” (PAREDES, 2020, p. 197).

Só nos resta, então, como mulheres, traduzir isso em políticas públicas, que comecem nas comunidades e devem chegar até o governo nacional. Significa devolver duplamente o que corresponde às mulheres, isso porque, se os homens estão empobrecidos, as mulheres estão mais empobrecidas que os homens. (PAREDES, 2020, p. 203).

³ Texto original: La reducción del género a lo privado, al control sobre el sexo y sus recursos y productos es una cuestión [...] presentada ideológicamente como biológica, parte de la producción cognitiva de la modernidad que ha conceptualizado la raza como engenerizada y al género como racializado de maneras particularmente diferenciadas entre los europeos-as/blancos-as y las gentes colonizadas/no-blancas. La raza no es ni más mítica ni más ficticia que el género – ambas son ficciones poderosas.

As reflexões feitas por Paredes também são identificadas no trabalho de feministas negras, hispano-americanas e indígenas que criticam o feminismo ocidental, formado muitas vezes apenas por mulheres brancas, de classe média, com formação universitária, e que tornam suas demandas universais, sem considerar outras experiências e opressões.

Essa crítica da suposta inclusão das mulheres e de outros grupos com demandas diversas também é discutida no trabalho de Silvia Cusicanqui, professora e socióloga boliviana, que afirma que há um multiculturalismo oficial que serve para camuflar novas formas de colonização.

As elites adotam uma estratégia de travestismo e articulam novos esquemas de cooptação e neutralização. Desse modo, é reproduzida uma “inclusão condicionada”, uma cidadania recortada e de segunda classe, que molda identidades imaginárias e subalternizadas ao papel de ornamentos ou massas anônimas que dramatizam sua própria identidade. O que é, então, descolonização? Pode ser concebida apenas como um pensamento ou um discurso? Penso que esse é outro ponto central que pouco foi mencionado no debate. (CUSICANQUI, 2010, p. 60, tradução livre do autor)⁴.

Portanto, é importante pensar de que forma a colonialidade e o pensamento eurocentrista influenciam as discussões feministas e afetam as diferentes lutas das mulheres latinas. É também necessário destacar que ao se discutir a questão da não criminalização do aborto não existe um grupo homogêneo, mas sim diversos movimentos, com classes sociais e culturas diversas. Contudo, o movimento também tem pontos em comum, como a saída de diversas mulheres às ruas em inúmeras cidades da América Latina para protestar pelo direito de decidir sobre a maternidade.

5. MOVIMENTOS EM REDE

De acordo com Castells (2013, p.9), a transformação da tecnologia na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social. Esse processo de construção de significado, que está em constante mudança, depende amplamente de mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia.

⁴ Texto original: Las elites adoptan una estrategia de travestismo y articulan nuevos esquemas de cooptación y neutralización. Se reproduce así una “inclusión condicionada”, una ciudadanía recortada y de segunda clase, que moldea imaginarios e identidades subalternizadas al papel de ornamentos o masas anónimas que teatralizan su propia identidad. ¿Qué es, entonces, la descolonización? ¿Puede ser concebida tan sólo como un pensamiento o un discurso? Creo que este es otro punto central al que escasamente se ha aludido en el debate.

Assim, para esta pesquisa, foram analisadas estruturas em comum presentes nas mensagens trocadas em 2018, durante o período em que a *Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo* esteve em votação no Congresso argentino. Para tanto, as mensagens escolhidas para a análise foram as publicadas no Twitter no período de junho a agosto daquele ano. O ponto de partida foi a véspera do dia de votação do projeto na Câmara dos Deputados, que aconteceu em 14 de junho, até o dia de votação no Senado, 08 de agosto.

A partir dessas datas, foram coletadas as publicações na ferramenta de busca do Twitter de forma automática. Nas tentativas iniciais, usando como busca apenas a palavra “aborto”, o conteúdo foi muito extenso no período proposto. Assim, o primeiro refinamento feito foi escolher uma hashtag, já que as postagens no Twitter comumente utilizam dessa estratégia para que as pessoas sigam mais facilmente os tópicos de seu interesse.

Foi escolhida, então, a hashtag #AbortolegalYa por ser uma das mais usadas pelas redes sociais da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito. Contudo, diversas hashtags também foram encontradas, como #AbortoLegal, #YoDecido, #QueSeaLey, #AbortoLegalparaNoMorir, #AbortoLegalSeguroyGratuito, #MiCuerpoMiDerecho e #AbortoSeraley.

Como segundo refinamento, foi selecionado apenas um dia por semana entre 14 de junho e 08 de agosto para ser analisado. Para isso, foi identificado que às terças-feiras aconteciam as Terças Verdes, encontro em frente ao Congresso para debater o tema. Junto a isso, também aconteceram outras manifestações, como uma greve geral em junho, em que um dos principais temas de discussão foi a aprovação da lei sobre o aborto, os *pañuelazos* e o *Puentazo Federal*, evento em que manifestantes ficavam nas pontes com faixas e grandes lenços verdes para chamar a atenção das pessoas que passavam e da imprensa. Portanto, esses dias foram os escolhidos para a análise.

A metodologia utilizada para organizar as mensagens encontradas foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), que permite um estudo de forma qualitativa e quantitativa. Dentro desse método, os procedimentos utilizados foram a organização, categorização e a interpretação. A organização é a construção de categorias a partir de enumeração e agregação, criando-se elementos que façam sentido para o que se pretende analisar. Já a categorização compreende a construção de critérios e a classificação dos dados em conjuntos a partir deles. Na interpretação, é onde foi feita a análise qualitativa para compreender o conteúdo das mensagens.

Para uma leitura inicial das publicações, foi realizada uma busca utilizando a primeira data selecionada. Por marcar a votação, foram analisados tanto o dia 14 de junho quanto sua

véspera, dia 13, o que acabou resultando em um grande número de postagens. Portanto, foi necessário atualizar a busca para filtrar apenas postagens com mais de mil curtidas. Isso também foi necessário para a data final, da véspera e do dia da votação no Senado, 07 e 08 de agosto. Nas outras datas, foram analisadas postagens com até 10 curtidas.

Após uma primeira análise das publicações, foi criada uma lista com palavras-chave que remetessem a temas importantes para a pesquisa por estarem relacionados a questões de saúde, feminismo, política ou violência. Assim, foram consideradas 12 palavras-chave, que podem ser identificadas na tabela abaixo, para chegar a um número de quantas vezes elas foram usadas nas postagens. Em alguns casos, a palavra-chave apareceu mais de uma vez na mesma postagem.

Palavra-chave:	13 e 14 de junho	20/06	27/06	04/07	11/07	18/07	25/07	01/08	07 e 08 de agosto
Salud	13	9	9	4	7	2	9	12	8
Violencia	1	0	1	0	0	0	1	6	2
Derechos	18	6	6	0	7	6	2	31	28
Feminismo	3		1	0	1	2	1	1	2
Educación sexual	8	0	0	1	3	3	7	3	7
Patriarcado	2	1	1	0	1	0	0	1	3
Diputado	28	3	3	2	1	1	1	5	1
Diputada	5	0	1	0	0	0	0	5	1
Latina	6	4	0	0	0	1	0	1	5
Senador	1	4	15	4	4	1	6	16	23
Senadora	0	1	5	1	1	0	2	5	2
Total:	85	28	42	12	25	16	29	86	82

Tabela 1: Número de vezes em que cada palavra apareceu nas datas analisadas.

As palavras escolhidas para essa etapa pretenderam avaliar quais conteúdos estavam mais ligados a violência, responsabilidade política, direitos das mulheres e educação sexual. Foi observado que a palavra *derecho* estava associada a *derechos humanos*, *derechos reproductivos* e a *derechos de las mujeres*. Outra observação é que a palavra saúde apareceu muito mais do que educação sexual. Assim, foi feito um novo agrupamento:

Violência	Responsabilidade política	Direitos das mulheres	Sexualidade
<i>Violencia, patriarcado</i>	<i>Diputado; Diputada; Senador; Senadora</i>	<i>Derechos; Feminismo; Latina</i>	<i>Salud; Educación Sexual</i>
20	148	132	105

Tabela 2: Quantidade de publicações em cada grupo

Na análise qualitativa, inicialmente foi identificado que a maioria das publicações veio de mulheres com certa influência no país, pois faziam parte de grupos de ativismo, eram jornalistas ou tinham uma carreira política. Em relação ao conteúdo, muitas explicitavam casos de mulheres que foram mortas devido a abortos inseguros e exigiam que seus direitos fossem reconhecidos. Muitos casos também mostravam que as pessoas contra a aprovação da lei diziam que havia um financiamento de agências internacionais e que, portanto, as mulheres argentinas estavam sendo manipuladas ou servindo a outros interesses, que não os do país.

Nas últimas semanas de análise, senadores que estavam indecisos passaram a ser mais cobrados por mensagens. Outro destaque foi o do papel da religião, que apareceu nos debates como algo que faz parte da sociedade Argentina e que na maioria das vezes impede as mulheres de decidirem sobre seus corpos. “Eles não podem se casar e se opuseram ao divórcio. Eles não podem fornicar e se opõem à distribuição gratuita de preservativos. Eles não podem engravidar e se opõem ao #AbortoLegal. Como é possível que os bispos e a Igreja Católica tenham voz e voto neste debate? #AbortoLegalYa”, questiona uma usuária⁵.

Em outro momento, alguém posta um depoimento de uma parlamentar: “Nancy Gonzalez, senadora de Chubut, a favor do #abortolegalya: ‘Sou católica. Mas quando votaram em mim, não votaram em mim porque eu era católica, mas sim para legislar para todos os cidadãos argentinos: católicos e não católicos’”⁶. Também foram identificadas postagens dos próprios parlamentares, interessados em falar diretamente com as pessoas. “Eu não sou pró-aborto; sou católico, quero a vida e a defendo. Mas hoje sou Deputado da Nação e devo analisar e assumir uma posição além de minhas convicções religiosas, minha filiação setorial e minhas

⁵ Texto original: “No se pueden casar y se opusieron al divorcio. No pueden fornicar y se opusieron a la entrega gratuita de preservativos. No pueden embarazarse y se oponen al #AbortoLegal. ¿Como es posible q los obispos y la Iglesia Católica tengan voz y voto en este debate?”. Publicação feita em 10 de julho de 2018. Disponível em: https://twitter.com/Marian_Carbajal/status/1016732668594094080

⁶ Texto original: “Nancy Gonzalez, senadora de Chubut, a favor del #abortolegalya: ‘Soy católica. Pero cuando me votaron, no me votaron por ser católica, sino para legislar para todos los ciudadanos argentinos: católicos y no católicos’”. Publicação feita em 08 de agosto de 2018. Disponível em: <https://twitter.com/andoenpando/status/1027245233715793920>

questões pessoais. #AbortoSeraLey #AbortoLegalYa”, diz Sergio Buil, deputado à época, em sua conta pessoal⁷.

Dentro do novo agrupamento (Tabela 2), o que se percebeu foi que a maior parte das publicações estavam relacionadas à responsabilidade política. Ainda que essas publicações falassem sobre direitos das mulheres, liberdade de escolhas e questões de saúde, pode-se inferir que essa tenha sido uma estratégia de ação política, pois direciona para a dimensão institucional o problema enfrentado. Além disso, discute o aborto como uma questão de Estado mais do que como uma experiência ou preocupação individual. “Se a lei não sai hoje, estes são cada um dos senadores que disseram não. A morte de todas as meninas deve pesar sobre eles. Não sejamos mais uma Argentina sem memória. #AbortoLegalYa #AbortoEsLey #EsHoy #SeraLey”, escreve uma usuária⁸.

Outro tema que apareceu em algumas mensagens foi o de menções ao sistema patriarcal de opressão às mulheres. Algumas dessas publicações também falavam de mudanças estruturais na sociedade argentina. Muitas foram publicadas por usuárias de países da região e apresentavam a ideia de que a lei deveria chegar a outros países da América Latina, destacando que por serem países geograficamente próximos, com histórias parecidas, deveriam ter esse objetivo em comum. “No Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Peru, Paraguai e Venezuela os pañuelos #AbortoLegalYa estão se multiplicando e os países adotam suas próprias cores para simbolizar suas campanhas. A América Latina será toda feminista!”, escreve outra usuária⁹.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo iniciar algumas reflexões sobre o impacto das estratégias de comunicação nas mobilizações pela não criminalização do aborto na Argentina

⁷ Texto original: “Yo no soy pro abortista; yo soy católico, quiero la vida y la defiendo. Pero hoy soy Diputado de la Nación y debo analizar y tomar una posición más allá de mis convicciones religiosas, mi pertenencia sectorial y mis cuestiones personales. #AbortoSeraLey #AbortoLegalYa”. Publicação feita por Sergio Buil, Deputado Federal à época, em 14 de junho de 2018. Disponível em: <https://twitter.com/BuilSergio/status/1007199361812647936>

⁸ Texto original: “Si la ley no sale hoy, estos son cada uno de los senadores que dijeron no. En ellos tiene que pesar la muerte de todas las pibas. No seamos más una argentina sin memoria. #AbortoLegalYa #AbortoEsLey #EsHoy #SeraLey”. Publicação feita em 08 de agosto de 2018. Disponível em: <https://twitter.com/fearlessxlouist/status/1027178615585361920>

⁹ Texto original: “En Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, México, Perú, Paraguay y Venezuela los pañuelos #AbortoLegalYa se multiplican y los países adoptan colores propios para simbolizar sus campañas. América Latina será toda feminista!”. Publicação feita em 20 de junho de 2018. Disponível em: <https://twitter.com/HuelgaFeminista/status/1009431026605740032>

em 2018. Pelas publicações feitas no Twitter, foi possível identificar as inúmeras dimensões abordadas ao falar do tema, como a reivindicação pelo direito a decidir sobre o próprio corpo, a falta de acesso a tratamentos de saúde e à educação sexual e a grande influência que a religião tem tanto na Argentina quanto em outros países da América Latina.

Também foi possível perceber o quanto a repercussão do projeto de lei foi potencializada por conta de mudanças no próprio sistema eleitoral da Argentina e de uma articulação em rede de diferentes frentes a partir de movimentos sociais e coletivos feministas que ganharam ainda mais repercussão pelo trabalho organizado nas redes sociais. Nesse sentido, cabe ainda explorar mais essas conexões e as discussões teóricas relacionadas aos feminismos na América Latina. Além disso, cabe refletir como essas discussões apareceram durante o período de votação em 2020.

Portanto, os achados deste trabalho apontam para a necessidade de mais pesquisas para aprofundar as estratégias de comunicação utilizadas pelas mulheres, o trabalho em redes sociais e qual a relação dessas ações práticas com as teorias do feminismo decolonial. Assim, será possível chegar a mais conclusões sobre formas de resistências, conhecimento e de difusão das questões feministas na América Latina.

REFERÊNCIAS

- ACCOSSATTO, Romina; SENDRA, Mariana. **Movimientos feministas en la era digital**. Las estrategias comunicacionales del movimiento Ni Una Menos. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/ceshc-unermb/20180909030404/07_Accossatto.pdf> Acesso em: 25 abril. 2020.
- BALLESTRIN, Luciana. **América latina e o giro decolonial**. In Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, 2013, p. 89-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010333522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 out. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Néida. **Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual**. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (orgs). 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Editora Edusp, 2017.
- BELLUCCI, Mabel. **Coalizões queer: aborto, feminismo e dissidências sexuais de 1990 a 2005 em Buenos Aires**. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (orgs). 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Editora Edusp, 2017.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CENTENERA, Mar. **Las estudiantes argentinas, motor de la campaña por el aborto legal**. El País, Buenos Aires, 12 de jun. de 2018. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2018/06/12/argentina/1528833992_241165.html>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.
- CUSICANQUI, Silvia. Ch'ixinakax utxiwa. **Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Bs: Tinta Limón, 2010. Disponível em <<https://chixinakax.files.wordpress.com/2010/07/silvia-rivera-cusicanqui.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2020
- DÍAZ, Noelia; LÓPEZ, Alejandro. **Ni una menos: un grito común**. Tese de licenciatura em Comunicação Social - Repositório Institucional da Universidade Nacional de La Plata. La Plata, 2016. Acesso em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/58537>> Acesso em: 10 ago. 2020
- Felitti, Karina; Ramírez Morales, María d. **Pañuelos verdes por el aborto legal: historia, significados y circulaciones en Argentina y México**." Encartes, no. 05, 2020, pp. 110-145. Disponível em: <<https://encartasantropologicos.mx/felitti-ramirez-panuelos-verdes-aborto-argentina-mexico>> Acesso em 31 ago. 2020.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Leher, Roberto & Setúbal, Mariana (org). Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma nova Práxis. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y Género**. In: Espinosa, Yuderkys; Correal, Diana; Muñoz, Karina Ochoa (Editoras). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayan (Colombia): Universidad del Cauca, 2014. pp. 57-74

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el Feminismo comunitario**. In: SANTIAGO GUSMÁN, Alejandra; BORJA, Edith Caballero, ORTUÑO, Gabriela González (Editoras). *Mujeres intelectuales – Feminismos y Liberación en América Latina y el Caribe*. Bs. Aires : CLACSO, 2017.

PAREDES, Julieta. **Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental**. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.195-204.

BEARAK, Jonathan; POPINCHALK, Anna ; ALKEMA, Leontine. **Global, regional, and subregional trends in unintended pregnancy and its outcomes from 1990 to 2014: estimates from a Bayesian hierarchical model**. *Lancet Global Health*, 2018.

Disponível em:

<[https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(18\)30029-9/fulltext#%20](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(18)30029-9/fulltext#%20)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Referências eletrônicas

ACTIVÁ EL CONGRESO - Tu línea directa con el congreso. Disponível em: <<https://activaelcongreso.org>>. Acesso em: 02 jul.2020.

GUTTMACHER INSTITUTE. **Abortion Worldwide** - Uneven Progress and Unequal Access, 2017. Disponível em:

<https://www.guttmacher.org/sites/default/files/report_pdf/abortion-worldwide-2017.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

NI UNA MENOS. Líneas Aborto, 2018. Disponível em: < <http://niunamenos.org.ar/estamos-para-nosotras/lineas-aborto/>>. Acesso em: 08 out.2020.

OIG – OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. Leis de aborto, 2020. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/pt/leis/leis-de-aborto>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE: 11 countries in Latin America and the Caribbean have reduced maternal mortality, new UN data show, 2014. Disponível em:

<https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=9552:2014-11-countries-latin-america-caribbean-reduced-maternal-mortality-new-data-show&Itemid=1926&lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2020.